



Simulado Especial

MP AL

Técnico Do Ministério Público
Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-AL**, cargo de **Técnico do Ministério Público**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/b9HFHVMYeBdkyqHV8>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/tTQb>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO****Não dispenso uma reserva de ilusão e ternura para atravessar os dias**

Estou na sétima e última temporada de *Younger*, série que se propõe a debater o etarismo: uma mulher de 40 anos não consegue emprego e resolve mentir que tem 26, a fim de integrar a equipe de uma casa editorial de Nova York. Dá certo. A partir daí começa a história, os rolos e as mentiras que se sucedem. Ter 40 me parece pouca idade para configurar um problema. A editora onde ela trabalha só publica autores bizarros. E as reviravoltas amorosas são meio pueris. No entanto, me mantenho em frente à tevê e sigo rumo ao desfecho: são meus minutos de férias da truculência lá fora.

É o que nos faz, da mesma forma, assistir a Emily in Paris sem ligar a mínima para a ausência de verossimilhança com a vida real. Aliás, seu sucesso se deve justamente a isso. Cenários de cartão postal, elenco de belidades, doses excessivas de festas, viagens, moda e romance. Irã? Venezuela? Nem vem.

Essa alienação autoconcedida poderia ser um gatilho para a culpa, mas o passado nos absolve. Foram anos de Fassbinder, Alain Resnais, Godard, Truffaut, Bergman, Costa Gavras, Ettore Scola, para citar apenas o cinema europeu. Uma vida inteira de Eduardo Galeano, Garcia Marquez, Vargas Llosa, Borges, Mario Benedetti, Isabel Allende, Ernesto Sábato, Octavio Paz, para citar apenas a literatura latino-americana.

E uma abundância de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Rita Lee, Raul Seixas, Bethânia, Gal Costa, Gonzaguinha, Edu Lobo, João Bosco, para citar apenas a música popular brasileira. Podemos relaxar, portanto. Não será uma minissérie levezinha ou um filme água com açúcar que irá comprometer todo o sólido patrimônio intelectual que construímos até aqui. Temos repertório. Substância. Discernimento. Que venham, pois, as sessões da tarde.

Como você, também prefiro uma comédia ou drama com tutano, a fim de me sentir recompensada pelo tempo investido. Mas não dispenso uma reserva de ilusão e ternura para atravessar os dias. Nenhum problema em contrabalançar a aridez do mundo com a esperança de que o casal da trama fique junto no final. No nosso cotidiano, não entabulamos diálogos engraçadinhos, não temos um estoque de frases espirituosas, então, ao menos na ficção, que sejam fartas as tiradas ensaiadas.

Faz parte da saúde mental abandonar o realismo, vez que outra, em troca das boas risadas que os estereótipos entregam – sem prejuízo aos nossos neurônios. Na dúvida, foi aberta a temporada de lançamentos, e *O Agente Secreto*, *Hamnet*, *Valor Sentimental*, *Uma Batalha Após a Outra* e *Foi Apenas um Acidente*, para citar os queridinhos do momento, estão em cartaz em alguma sala perto de você. Cérebro em primeiro lugar. Mas, se doer, que a gente recorra a alguma anestesia, sem remorso.

Autora: Martha Medeiros - GZH (adaptado).

1. A tese central defendida pela autora ao longo do texto é que

- a) o consumo ocasional de entretenimento leve pode funcionar como forma legítima de descanso emocional diante das durezas da realidade.
- b) as séries contemporâneas possuem maior valor artístico que as obras clássicas.
- c) o público atual perdeu interesse por obras culturais densas.
- d) produções culturais superficiais devem substituir obras complexas.
- e) a ficção contemporânea promove alienação intelectual.

2. A menção à série Younger, logo no início do texto, cumpre principalmente a função de
- a) introduzir um exemplo concreto a partir do qual a autora inicia sua reflexão sobre o papel do entretenimento leve.
 - b) demonstrar a superficialidade das produções televisivas contemporâneas.
 - c) criticar diretamente a indústria cultural norte-americana.
 - d) apresentar uma análise técnica da narrativa televisiva.
 - e) sustentar que o etarismo é o tema central do texto.
3. A sequência de referências culturais (cineastas, escritores e músicos) desempenha papel argumentativo porque
- a) evidencia a superioridade da cultura europeia.
 - b) relativiza o valor das produções contemporâneas.
 - c) reforça a autoridade da autora para defender sua posição.
 - d) demonstra a decadência cultural do presente.
 - e) sugere que o entretenimento leve deve ser evitado.
4. Ao afirmar que prefere “comédia ou drama com tutano”, a autora indica preferência por obras que
- a) apresentem profundidade temática e densidade reflexiva.
 - b) priorizem humor leve e superficial.
 - c) explorem exclusivamente conflitos amorosos.
 - d) evitem temas complexos.
 - e) reproduzam fielmente a realidade cotidiana.
5. Quando a autora afirma que “o passado nos absolve”, ela sugere que
- a) o passado cultural deve ser abandonado.
 - b) obras antigas perderam relevância.
 - c) o repertório cultural adquirido anteriormente legitima o consumo atual de entretenimento leve.
 - d) o passado é moralmente superior ao presente.
 - e) a cultura contemporânea é inferior.
6. A estratégia argumentativa predominante no texto é
- a) apresentação de dados estatísticos.
 - b) exposição científica da indústria cultural.
 - c) comparação entre diferentes correntes filosóficas.
 - d) relato histórico das artes europeias.
 - e) reflexão pessoal apoiada em exemplos culturais.
7. No trecho “sem prejuízo aos nossos neurônios”, a autora pretende indicar que
- a) o entretenimento leve prejudica a inteligência.
 - b) apenas obras complexas estimulam o pensamento.
 - c) a ficção escapista pode ser apreciada sem comprometer a capacidade intelectual.
 - d) o público atual não valoriza o pensamento crítico.
 - e) o cérebro humano não distingue ficção e realidade.
8. Considerando o conjunto do texto, pode-se afirmar que a autora adota um tom predominantemente
- a) pessimista e crítico.
 - b) acadêmico e analítico.
 - c) neutro e informativo.
 - d) irônico e satírico.
 - e) reflexivo e conciliador.

9. Ao afirmar que o sucesso de Emily in Paris se deve justamente à falta de verossimilhança, a autora sugere que

- a) o público contemporâneo rejeita narrativas realistas.
- b) o distanciamento da realidade pode constituir um dos atrativos do entretenimento.
- c) a ficção deve evitar qualquer relação com o mundo real.
- d) a televisão atual perdeu sua função artística.
- e) apenas narrativas fantasiosas alcançam sucesso.

10. No trecho “contrabalançar a aridez do mundo”, a palavra “aridez” assume sentido

- a) metafórico, indicando a dureza ou aspereza da realidade cotidiana.
- b) literal, referindo-se às condições climáticas.
- c) técnico, relacionado à linguagem científica.
- d) irônico, sugerindo exagero da autora.
- e) neutro, indicando apenas ausência de emoção.

11. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Não se admite que existam dúvidas quanto à autenticidade daqueles documentos históricos.
- b) Haviam, entre os estudiosos do tema, divergências difíceis de conciliar.
- c) Não podem haver interpretações definitivas sobre acontecimentos tão complexos.
- d) Tratam-se de argumentos frágeis aqueles apresentados pelo pesquisador.
- e) Cabem aos leitores atentos reconhecer as ambiguidades presentes no texto.

12. Na definição do gramático Evanildo Bechara, “a repetição de um termo da oração por outro de sentido e função equivalente se denomina pleonismo”.

Identifica-se pleonismo do objeto indireto no trecho:

- a) Aos alunos o professor lhes explicou detalhadamente o conteúdo da prova.
- b) Muitos desconheciam o sentido exato daquela expressão.
- c) O diretor comunicou a decisão aos funcionários presentes.
- d) O pesquisador analisou os dados do experimento com cuidado.
- e) Alguns preferiram manter silêncio diante da pergunta.

13. A vírgula foi empregada para separar itens de uma enumeração no trecho:

- a) O projeto exigia empenho, disciplina, planejamento e responsabilidade.
- b) Quando chegou ao auditório, todos já estavam sentados.
- c) Não concordava com a decisão, pois lhe parecia precipitada.
- d) Se houvesse tempo, reconsideraria a proposta.
- e) Aos alunos dedicados, sempre oferecia orientação extra.

14. Leia o trecho:

“Ao final da reunião, reconheceu o ministro a necessidade de rever as medidas adotadas.”

O núcleo do sujeito da forma verbal “reconheceu” é:

- a) reunião.
- b) necessidade.
- c) ministro.
- d) medidas.
- e) alguém.

15. Verifica-se o emprego de palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação em:

- a) O autor demonstrava insatisfação com os rumos da pesquisa.
- b) Muitos leitores apreciaram a narrativa do romance.
- c) O crítico destacou a originalidade da obra.
- d) Alguns estudantes analisaram atentamente o texto.
- e) O escritor revisou cuidadosamente o manuscrito.

16. Leia o trecho:

“Ele pediu que todos prestassem atenção ao que iria dizer.”

Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

- a) prestam.
- b) prestem.
- c) prestavam.
- d) prestaram.
- e) prestaria.

17. Considere o trecho:

Os analistas que estudaram o caso afirmam inexistir entre os dados coletados qualquer indício de irregularidade.

Sem prejuízo para a correção gramatical e para as relações de sentido estabelecidas na frase, o termo sublinhado pode ser substituído por:

- a) cuja inexistência
- b) a inexistência de
- c) na inexistência de
- d) que inexistem
- e) que inexistia

18. Identifica-se emprego da voz passiva no trecho:

- a) Divulgaram novos relatórios sobre a situação econômica do país.
- b) Observa-se um crescimento significativo do número de pesquisas na área.
- c) Os pesquisadores analisaram cuidadosamente os dados coletados.
- d) Há diferentes interpretações para o fenômeno estudado.
- e) Resultando em mudanças importantes na organização social.

19. Leia o trecho:

Os moradores perceberam o problema quando a água começou a invadir as ruas do bairro.

No contexto em que se insere, a oração sublinhada expressa ideia de

- a) causa.
- b) condição.
- c) tempo.
- d) consequência.
- e) finalidade.

20. De acordo com as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, está corretamente acentuada a palavra destacada em:

- a) O diretor analisou cuidadosamente cada **itêm** do relatório.
- b) A solução encontrada foi considerada **viavel** pelos especialistas.
- c) O pesquisador apresentou uma análise **criterosa** do fenômeno.
- d) O relatório trouxe dados sobre a fauna da região **amazonica**.
- e) A nova política foi considerada **inutil** por alguns analistas.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

21. Ricardo, coordenador financeiro do Ministério Público, recebe recursos decorrentes de doações em dinheiro e cobrança de taxas de inscrição para prestação de concursos. Considerando o texto da Lei Complementar Estadual nº 15/1996, qual a destinação obrigatória a ser dada a esses valores?

- a) Devem ser depositados no Banco Central e aplicados livremente pelo Governo do Estado em políticas públicas.
- b) Devem ser transferidos à Assembleia Legislativa para custeio das despesas de seus serviços auxiliares.
- c) Devem compor o caixa geral do Estado, sendo distribuídos posteriormente de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) Devem ser divididos igualmente entre o Ministério Público e o Poder Judiciário estadual para investimentos.
- e) Devem ser depositados no Banco oficial do Estado e destinados exclusivamente à consecução dos objetivos da instituição.

22. Mariana, auditora de controle, é designada para analisar a legalidade e economicidade da aplicação de recursos próprios do Ministério Público de Alagoas. Considerando a Lei Complementar Estadual nº 15/1996, como e por quem deve ser exercida essa fiscalização orçamentária?

- a) Mediante controle interno exercido pelo Governador do Estado e externo realizado pela Assembleia Legislativa.
- b) Mediante controle interno feito pelo próprio Colégio de Procuradores de Justiça e externo exercido pelo Poder Legislativo.
- c) Exclusivamente mediante controle externo realizado pelo Tribunal de Contas da União em caráter vinculante.

d) Mediante controle interno sob responsabilidade do Procurador-Geral de Justiça e externo sob comando do Poder Judiciário.

e) Exclusivamente mediante controle interno exercido pelas câmaras de coordenação do Colégio de Procuradores de Justiça.

23. Felipe, diretor de planejamento do MP-AL, finaliza a proposta orçamentária da instituição dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Considerando a Lei Complementar Estadual nº 15/1996, como deve ser feito o encaminhamento dessa proposta para aprovação final?

- a) Diretamente à Assembleia Legislativa pelo próprio Chefe do Ministério Público para votação em rito sumário.
- b) Ao Tribunal de Contas, que a analisará tecnicamente antes de encaminhá-la de ofício ao Poder Legislativo.
- c) Diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá obrigatoriamente à apreciação da Assembleia Legislativa.
- d) Ao Poder Judiciário, para consolidação na peça orçamentária do sistema de justiça e posterior envio ao Executivo.
- e) Ao Conselho Nacional do Ministério Público para aprovação prévia das dotações requeridas antes do envio ao Estado.

24. Camila, Promotora de Justiça substituta, é intimada pessoalmente de uma sentença proferida em um processo criminal no qual o Promotor titular atuava ativamente antes de entrar em férias. Considerando os princípios institucionais do Ministério Público, qual a validade desse ato processual e o princípio que o fundamenta?

- a) O ato é válido, pois os membros do Ministério Público podem se substituir mutuamente no processo, com base no princípio da indivisibilidade.
- b) O ato é inválido, pois fere o princípio do promotor natural que impede qualquer tipo de substituição ao longo da marcha processual.
- c) O ato é válido, fundamentando-se exclusivamente no princípio da independência funcional que outorga poderes amplos ao membro substituto.
- d) O ato é nulo, pois a prerrogativa de intimação pessoal exige que a entrega seja feita obrigatoriamente na pessoa do promotor originário.
- e) O ato é anulável, exigindo a confirmação prévia e expressa do Promotor titular antes da prática de qualquer manifestação ou recurso processual.

25. Roberto, Procurador-Geral de Justiça, emite um ato normativo determinando que todos os Promotores de sua instituição estão terminantemente proibidos de pedir o arquivamento de inquéritos policiais, devendo sempre oferecer denúncia. Considerando os princípios institucionais do Ministério Público, como se qualifica essa determinação hierárquica do Chefe da instituição?

- a) Legítima, pois materializa o princípio da unidade ao garantir que a instituição tenha uma única voz e posicionamento perante a sociedade.
- b) Legítima, visto que a autonomia administrativa conferida pela lei ao Chefe outorga-lhe o poder de padronizar a atuação jurídica de seus membros.
- c) Válida, desde que aprovada previamente pelo Colégio de Procuradores, respeitando as regras constitucionais do princípio do promotor natural.

d) Inconstitucional, pois a determinação restritiva de garantias processuais deveria partir exclusivamente do legislador e não da chefia do próprio órgão.

e) Ilegal, pois ofende o princípio da independência funcional que garante a cada membro a liberdade de formar suas próprias convicções processuais.

26. Considerando a definição constitucional estrita do Ministério Público, como se classifica corretamente a natureza jurídica da instituição?

- a) É um órgão de controle vinculado diretamente ao Poder Executivo e subsidiariamente dependente de suas diretrizes estratégicas.
- b) É uma entidade autárquica da administração indireta subordinada estruturalmente e politicamente ao Ministério da Justiça.
- c) É um ente federativo politicamente autônomo, gozando de privilégios e deveres equiparados juridicamente à União e aos Estados.
- d) É uma instituição permanente, autônoma e independente, definida expressamente como essencial à função jurisdicional do Estado.
- e) É um tribunal de exceção do Poder Judiciário, possuindo como competência originária a acusação de criminosos em instâncias superiores.

27. Ana, promotora de justiça de defesa do consumidor, inicia os procedimentos para ajuizar ação civil com o objetivo de proteger os direitos de milhares de usuários de telefonia que sofreram cobranças indevidas idênticas por parte da operadora local. Considerando o escopo das funções institucionais do Ministério Público e a jurisprudência dos tribunais superiores, essa atuação apresenta viabilidade jurídica?

- a) Não, pois a tutela e a atuação ministerial devem se restringir constitucionalmente à área criminal e à defesa das prerrogativas inerentes ao Estado.
- b) Sim, desde que a Promotora obtenha aprovação prévia e expressa do Procurador-Geral do Estado para promover demandas de cunho estritamente financeiro.
- c) Sim, visto que a jurisprudência reconhece ao Ministério Público legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos individuais homogêneos impregnados de relevante natureza social.
- d) Não, uma vez que a promoção judicial de interesses de natureza individual, ainda que de forma massificada e homogênea, é atribuição privativa e inafastável da Defensoria Pública.
- e) Sim, mas a viabilidade jurídica do litígio está condicionada ao fato de a empresa fornecedora do serviço ser exclusivamente uma sociedade de economia mista ou empresa pública.

28. Coronel Mendes, oficial superior da ativa, é designado para assumir a chefia da segurança institucional do Ministério Público. Considerando a Lei nº 6.306/2002, como se dá o processo de nomeação para esse posto na Assessoria Militar?

- a) É nomeado diretamente pelo Procurador-Geral de Justiça após aprovação unânime do Colégio de Procuradores.
- b) É nomeado em comissão pelo Conselho Superior do Ministério Público com aprovação do Governador.
- c) É indicado pelo Procurador-Geral de Justiça e nomeado pelo Governador do Estado.

d) É indicado pelo Secretário de Segurança Pública e nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça.

e) É eleito pelos membros da própria Assessoria Militar e referendado pelo Chefe da Instituição.

29. Joana, servidora do MP-AL, está organizando o fluxograma de processos administrativos e precisa encaminhar um expediente especificamente para um "Órgão Auxiliar" conforme a estrutura legal. Considerando a Lei nº 6.306/2002, para qual unidade ela deve enviar o documento?

- a) Para a Comissão de Concurso ou para os Centros de Apoio Operacional.
- b) Para o Conselho Superior do Ministério Público.
- c) Para a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- d) Para as Promotorias de Justiça.
- e) Para o Colégio de Procuradores de Justiça.

30. Lúcia, servidora estadual, foi aposentada por invalidez após um acidente, mas após dois anos de tratamento uma junta médica oficial atestou sua recuperação total. Considerando o Estatuto dos Servidores de Alagoas, qual instituto jurídico determinará seu retorno ao trabalho?

- a) A reintegração ao serviço público em vaga preexistente ou criada especificamente para seu retorno.
- b) A recondução ao cargo anteriormente ocupado, independentemente da existência de vaga na estrutura.
- c) A reversão à atividade face à declaração de insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria.
- d) O aproveitamento compulsório em um cargo de atribuições e vencimentos superiores ao anterior.
- e) A readaptação em função compatível com as novas e ilimitadas aptidões físicas adquiridas no tratamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

31. A CF dispõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. De acordo com a classificação doutrinária, essa norma constitucional tem eficácia:

- a) plena.
- b) contida.
- c) relativa restringível.
- d) limitada programática.
- e) absoluta.

32. Um projeto de lei para dispor sobre cargos e remunerações dos servidores do Ministério Público Estadual:

- a) pode ser proposto pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) pode ser proposto pelo Presidente da República.
- c) pode ser proposto pelo Governador do Estado.
- d) pode ser proposto pelo Procurador-Geral da República.
- e) pode ser proposto por iniciativa popular.

33. Atalarico nasceu na Rússia quando seu pai, Genserico, brasileiro nato, lá se encontrava a serviço do Brasil. Atalarico, porém, nunca foi registrado na repartição brasileira competente, sendo certo que, 30 anos depois, veio a residir no Brasil. À luz da situação hipotética, pode-se afirmar que Atalarico:

- a) é estrangeiro.
- b) é brasileiro naturalizado.
- c) é brasileiro nato.
- d) pode ser reconhecido como nato, se fizer a opção pela nacionalidade brasileira.

e) pode ser reconhecido como naturalizado, se fizer a opção pela nacionalidade brasileira.

34. A respeito da tutela constitucional do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) a proteção constitucional das terras indígenas é incompatível com a sobreposição da mesma área como de proteção ambiental.
- b) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso especial.
- c) a propriedade das terras indígenas é da União, assegurando-se às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo e do subsolo.
- d) a mineração em terras indígenas precisa ser autorizada pelo Congresso Nacional, assegurado poder de veto às comunidades indígenas.
- e) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

35. Compete originariamente ao STF processar e julgar:

- a) a disputa sobre direitos indígenas.
- b) a homologação de sentença estrangeira.
- c) o conflito de competências entre juízes vinculados a tribunais diversos.
- d) o pedido de medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.
- e) o *habeas corpus* contra ato de Tribunal Regional Federal.

36. À luz do novo regramento constitucional da matéria, pode-se afirmar que é vedada a acumulação remunerada de cargo, emprego ou função pública, EXCETO:

- a) três cargos de professor.
- b) dois cargos de professor, independentemente de compatibilidade de horários.
- c) um cargo de professor com outro de qualquer natureza, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) dois cargos de médico e um de professor.
- e) dois cargos técnicos ou científicos.

37. O Município de Palmeira dos Índios-AL editou lei ordinária dispendo sobre o horário de funcionamento do comércio municipal. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial.
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência.
- c) constitucional.
- d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar.
- e) inconstitucional, por invadir a competência residual dos Estados.

38. O Prefeito do Município de Coruripe-AL decidiu delegar ao Procurador-Geral do Município a competência para extinguir, mediante decreto, diversos cargos e funções públicas que estavam vagos. A oposição, porém, suscitou a inconstitucionalidade dessa medida. Pode-se afirmar que, à luz da Constituição e da jurisprudência:

- a) O prefeito possui essa competência, mas ela é indelegável.
- b) O Prefeito não possui essa competência.

- c) O Prefeito possui essa competência e ela é delegável, mas não para a autoridade citada.
- d) O Prefeito possui essa competência, mas ela só pode ser delegada em situações excepcionais.
- e) O Prefeito possui essa competência e ela é delegável, inclusive para a autoridade citada.

39. A respeito da seguridade social, julgue os itens a seguir:

- I - Nos termos da Constituição, a seguridade social abrange a previdência social, a assistência social, a saúde e a educação.
- II - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- III - É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Estão corretos, apenas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) todos
- e) I

40. Compete privativamente à União legislar sobre, exceto:

- a) direito penal.
- b) desapropriação.
- c) consórcios e sorteios.
- d) telecomunicações e informática.
- e) procedimentos em matéria processual.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

41. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta:

- a) a empreitada por preço global é a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- b) o projeto básico é constituído de elementos necessários e suficientes para a execução da obra, detalhando as soluções do projeto básico.
- c) o anteprojeto não possui todos subsídios necessários à elaboração do projeto básico.
- d) o pregão é obrigatório para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- e) independentemente do prazo de duração, o contrato deve conter cláusula com o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do IPCA do mês de reajuste.

42. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e suas reformas pela Lei nº 14.230/2021, interrompe-se o prazo de prescrição:

- a) pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- b) pela publicação da sentença não condenatória.
- c) pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Estadual Eleitoral que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência.
- d) pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal Militar que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.
- e) pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal e do TCU que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.

43. Tendo como base Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, pode-se afirmar que:

- a) a lei aplica-se para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.
- b) o consentimento para tratar os dados, não pode ser revogado a qualquer momento.
- c) não será vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, assim como na contratação e exclusão de beneficiários.
- d) o tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado pelos dois responsáveis legais.
- e) é vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

44. Tendo como base Lei de Abuso de Autoridade, assinale a alternativa incorreta:

- a) é sujeito passivo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.
- b) os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- c) as penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- d) as penas previstas na Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.
- e) faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

45. Sobre abuso de poder, é correto afirmar que:

- a) se dá apenas por ato comissivo.
- b) o desvio de poder ou de finalidade ocorre quando o agente pratica o ato por motivo ou com fins diversos do previsto na lei.
- c) o desvio de poder ocorre quando o agente vai além do permitido na lei e dos seus limites de atuação.
- d) ato praticado com abuso de poder não pode ser invalidado pela própria Administração.
- e) ato praticado com abuso de poder não pode ser invalidado pelo Poder Judiciário (controle judicial).

46. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/1942), assinale a alternativa incorreta:

- a) as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.
- b) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
- c) a decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
- d) a decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando dispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- e) nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

47. Sobre o controle na administração pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) o controle interno é aquele realizado por um órgão pertencente à mesma estrutura do órgão controlado, em geral quando um mesmo Poder fiscaliza seus próprios atos e agentes.
- b) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão sistemas de controle interno isolados, em respeito a separação dos poderes.
- d) a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- e) é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

48. Sobre as agências executivas, é correto afirmar que:

- a) os contratos de gestão das agências executivas devem ser celebrados com periodicidade mínima de dois anos.
- b) apesar do contrato de gestão ser um dos requisitos, é por meio de decreto que a autarquia ou fundação pública se torna agência executiva.
- c) a concessão da qualificação da agência executiva é ato vinculado do Presidente da República.
- d) são autarquias altamente especializadas que exercem funções de regulação, controle e fiscalização de atividades econômicas ou da prestação de serviços públicos delegados a pessoas privadas. Geralmente adotam o formato de autarquia em regime especial, o que lhes confere maior autonomia se comparadas às demais autarquias.
- e) a qualificação de uma autarquia em agência executiva constitui uma nova entidade.

49. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa incorreta:

- a) a presunção de legitimidade ou veracidade não se faz presente em todos os atos administrativos.
- b) atos imperativos são aqueles que impõem obrigações e restrições.
- c) a anulação só atinge os atos inválidos (vinculados ou discricionários), enquanto a revogação só aqueles que forem válidos (discricionários).
- d) a motivação, quando obrigatória, integra a própria forma do ato, sendo assim, sua ausência implica em vício de forma e não em vício de motivo
- e) o ato perfeito, válido e eficaz ocorre quando, concluído o seu ciclo de formação, encontra-se plenamente ajustado às exigências legais e está disponível para deflagração dos efeitos que lhe são típicos.

50. Sobre os agentes públicos, é incorreto afirmar que:

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.
- b) os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- c) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- e) funcionário em estágio probatório pode ser exonerado ou demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

51. O Diretor do MP-AL instituiu uma força-tarefa para modernizar a gestão do órgão, visando romper com práticas cartoriais e focar na entrega de valor ao cidadão. Durante os debates, destacou-se a necessidade de transição de um modelo burocrático para um modelo gerencial. Segundo a evolução histórica dos modelos de Administração Pública, assinale a alternativa que representa corretamente uma premissa do modelo gerencial em contraponto ao burocrático:

- a) A substituição do controle a posteriori dos resultados pelo controle a priori dos processos, focando no cidadão.
- b) A prática do insulamento burocrático como forma de proteger o núcleo estratégico do Estado, garantindo a efetividade.
- c) A flexibilização dos procedimentos e descentralização decisória, com foco no cidadão.
- d) A adoção do fisiologismo como mecanismo de flexibilização das engessadas estruturas públicas.
- e) A crença na racionalidade das leis, onde a eficiência é alcançada pela obediência aos regulamentos preestabelecidos.

52. Embora a nova gestão pública incorpore diversas ferramentas do setor privado, há diferenças estruturais intransponíveis entre os dois setores. Em relação às diferenças entre gestão pública e privada, é correto afirmar que:

- a) O gestor público possui maior autonomia de vontade que o privado, pois enquanto o privado foca no lucro, o público gere recursos de toda a sociedade.
- b) No setor público, vigora o princípio da legalidade estrita, onde o administrador só pode fazer o que a lei expressamente autoriza ou determina.
- c) A avaliação de desempenho no setor público é simplificada em relação ao setor privado, pois esse tem dificuldades de mensurar o lucro e o retorno sobre o investimento.
- d) Ambas as gestões lidam com monopólios; no entanto, o setor público é exposto à livre concorrência para fornecimento de serviços essenciais.
- e) A continuidade do serviço público permite que as organizações governamentais tomem decisões de longo prazo com menos interferência política do que as empresas privadas.

53. Para aferir a qualidade do atendimento ao cidadão, o Ministério Público verificou que a Promotoria "A" utilizou 20% menos recursos financeiros que a Promotoria "B" para realizar o mesmo número de atendimentos, mas apenas a Promotoria "B" conseguiu reduzir significativamente os índices de criminalidade infantil em sua comarca. Considerando os conceitos de desempenho, é correto afirmar que:

- a) A Promotoria A foi mais eficaz, enquanto a Promotoria B foi mais eficiente.
- b) A Promotoria A demonstrou maior efetividade, pois otimizou os recursos financeiros do órgão.
- c) A Promotoria B foi mais efetiva, pois suas ações geraram impacto real e transformação na realidade social da comarca.

d) Ambas foram igualmente eficientes, mas a Promotoria A não alcançou a eficácia, que é a relação custo-benefício.

e) A efetividade da Promotoria A é comprovada pelo aumento da produtividade interna.

54. Em uma crise institucional hipotética em determinado Estado, o Governador possui alto índice de aprovação popular e sólida base de apoio na Assembleia Legislativa, mas a máquina administrativa estadual está sucateada, não conseguindo implementar as políticas de saúde prometidas. Nesse cenário, verifica-se:

- a) Alta governabilidade e alta governança.
- b) Alta governabilidade e baixa governança.
- c) Baixa governabilidade e alta governança.
- d) Baixa governabilidade e baixa governança.
- e) Ausência de *accountability* vertical, gerando um déficit de governabilidade.

55. O Diretor Administrativo do MP-AL, após definir os objetivos anuais do setor e distribuir as tarefas entre as equipes, percebeu a necessidade de ajustar o fluxo de atividades devido a um erro no cronograma, orientando os servidores sobre como corrigir as falhas. A ação do Diretor corresponde à função de:

- a) Planejamento, pois o ajuste do cronograma cria novos objetivos.
- b) Organização, pois trata da departamentalização do órgão.
- c) Direção, pois envolve liderança, para o alcance dos objetivos.
- d) Controle, já que o foco foi a punição pelas falhas encontradas no cronograma.
- e) Avaliação ex ante, pois a correção foi feita antes da formulação dos indicadores.

56. O Ministério Público decidiu reestruturar sua área de Tecnologia da Informação e agrupou os programadores não só por suas especialidades, mas também permitiu que alguns deles atuem em um novo sistema de processo eletrônico. Essa nova forma de trabalhar é representada por qual tipo de estrutura e que princípio clássico ela mitiga, respectivamente?

- a) Estrutura Funcional; princípio da especialização.
- b) Estrutura Linear; princípio da cadeia escalar.
- c) Estrutura Matricial; princípio da unidade de comando.
- d) Estrutura Divisional; princípio da amplitude de controle.
- e) Estrutura em Rede; princípio da departamentalização por clientes.

57. Um Técnico do Ministério Público sugere a aplicação do Ciclo PDCA para melhorar o atendimento da Ouvidoria e após o planejamento e a execução do novo protocolo de atendimento, a equipe responsável identificou, a partir dos dados coletados, que as metas de tempo de espera não foram atingidas. No contexto do PDCA, qual deve ser a etapa subsequente executada pela equipe?

- a) *Plan*, estabelecendo nova meta.
- b) *Do*, repetindo a execução do protocolo.
- c) *Check*, verificando e padronizando o processo para evitar novos erros.
- d) *Act*, implementando ações corretivas.
- e) *Design*, fase em que são aplicadas ferramentas, com vistas a medição dos resultados.

58. Durante a formulação do Planejamento Estratégico 2026-2030 do MP-AL, a equipe elaborou a Análise SWOT e identificou:

- I. O elevado nível de especialização técnica dos membros e servidores do órgão;
- II. A recente aprovação de uma lei federal que restringe repasses orçamentários para os Ministérios Públicos estaduais.

No âmbito do diagnóstico organizacional, os itens I e II representam, respectivamente:

- a) Ponto forte e Fraqueza.
- b) Oportunidade e Ameaça.
- c) Ponto forte e Ameaça.
- d) Oportunidade e Fraqueza.
- e) Ponto fraco e Ameaça.

59. O MP tomou a decisão de melhorar alguns trabalhos, reduzindo o tempo de algumas atividades executadas, visando ser mais célere no atendimento ao cidadão. Uma das ferramentas iniciais para a melhoria dos trabalhos executados foi realizar o mapeamento dos processos de trabalho, relacionados ao atendimento, para alinhá-los às estratégias organizacionais. A alternativa que define corretamente o objetivo desta etapa é:

- a) Desenhar a situação futura desejada para o processo, livre de erros e gargalos.
- b) Representar a modelagem do estado atual do processo, incluindo seus defeitos e gargalos.
- c) Simular processos utilizando inteligência artificial para otimização do fluxo de trabalho.
- d) Automatizar atividades repetitivas, substituindo mão de obra por softwares.
- e) Alocar os custos por atividade (custeio ABC).

60. Um gestor do MP-AL se deparou com uma pane global de um software terceirizado, evento nunca antes registrado, cujas consequências e variáveis são altamente incertas e nebulosas, levando o gestor a ter que tomar uma decisão visando solucionar o problema, sem promover maiores prejuízos para o órgão. Segundo a classificação de Herbert Simon, esse tipo de decisão é predominantemente:

- a) Programada.
 - b) Estruturada.
 - c) Não Programada.
 - d) Computacional.
 - e) Racional absoluta.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>